

O Movimento Negro e a contemporaneidade: novos caminhos

Sérgio da Rocha Souza

Universidade Federal Fluminense – UFF

1- Introdução

As novas formas de produção que caracterizaram a revolução industrial dos séculos XVII e XVIII envolveram um conjunto de inovações – como a burocratização e a racionalização – que transformaram radicalmente a sociedade então existente em vários aspectos.

O tipo de processo implantado, a concentração num só lugar de toda a montagem do produto – a fábrica – leva a uma série de conseqüências de toda ordem. A mais visível é o aumento da produtividade, no seu aspecto econômico. Entretanto, para que se chegue a este estágio é fundamental introduzir outras variáveis importantes. Vamos considerar dois destes aspectos: as novas dimensões do local de produção e a burocratização-racionalização do processo produtivo. Neles não se pode pensar senão relacionados.

A fábrica, o novo local onde se reúnem os até então produtores independentes, exige uma específica forma de organização, que permita o processo de montagem. Poder-se-á denominá-lo de administração da produção. Ele implica dois aspectos básicos. Um setor de planejamento e controle de projetos, que inclui desde a aquisição de insumos até o desenho de máquinas e peças. E, outro referente, a produção propriamente dita, na oficina, que implica procedimentos que aumentem o rendimento dos componentes da produção (máquinas e homens) com o menor custo. Sem esquecer que este fato se dá em local muito amplo e com um grande número de pessoas. Muito diferente do modelo anterior. Houve necessidade de uma ordenação adequada, afim de alcançar resultados eficazes.

A concretização deste objetivo resultou da aplicação do método racional-burocrático. Implicava o uso de técnicas específicas que exigiam uma disciplina rigorosa e levava a uma automatização dos movimentos. Junto com a eficácia dos resultados, temos uma desumanização dos agentes.

Este processo tornou-se mais efetivo na medida em que surgiram novos ou se alteraram os antigos componentes. A alteração da estrutura do mercado, com o aumento da demanda, cria a necessidade de ampliação da produção e, conseqüentemente, o aumento da mecanização das máquinas e dos homens. E mais, a forma de organização da indústria se amplia para a sociedade toda. As instituições de todo tipo aumentam de tamanho em dimensão e número de pessoas atendidas. E tem como característica fundamental o modelo burocrático-racional.

A desumanização de que falamos refere-se à visão racionalista que tem como objetivo definido alcançar resultados finais eficazes na produção de bens. Na medida em que a preocupação primordial é esta, pode-se considerar que seres humanos são os componentes da massa de manipulados neste processo. A possibilidade de tornar o homem um similar

da máquina – autômato que produz sem pensar sobre o que está fazendo, mas que possibilita o aumento desenfreado da riqueza dos proprietários dos meios de produção e uma quantidade e variedade maior de bens oferecidos ao mercado – traz euforia pelo progresso alcançado. A forma de vida de um dos elementos fundamentais da engrenagem, que levava a resultados econômicos tão importantes para setores da sociedade, não era considerada pelos que dirigiam estas sociedades. O que se via era que ao lado desta exuberância econômica e social para alguns, havia a miséria para os operários. As reações, entretanto, não tardaram. Os explorados reivindicam melhores condições de trabalho e vida, ainda nos primórdios da Revolução Industrial.

Também as críticas surgem de várias direções e em relação as mais diferentes instituições.

Dentre outras, conhece-se a veemente análise de Marx, no século XIX – a teoria da alienação – que mostra que este tipo de trabalho mecanizado leva o operário a perder a consciência de sua situação e tornar-se um fácil instrumento de exploração.

No final do século XIX e início do século XX tem-se, uma análise dúbia do cientista social alemão Max Weber. Ao mesmo tempo que mostra a importância da burocracia e da racionalidade para a constituição do mundo moderno, enfatiza que ela traz com sua rotina e objetividade o desencanto do mundo.

Esta crítica torna-se mais severa e contundente com Michels, no início do século XX. Ele compara os objetivos dos partidos socialistas com a estrutura da sua organização, na medida que aumenta de tamanho e de contingente para alcançar estes objetivos, e mostra que o processo de burocratização centra de tal forma a preocupação da administração que a finalidade principal se perde.

Importante é que, a partir da primeira metade do século XX em diante, se intensifica a crítica ao burocratismo das instituições e se inicia, ao mesmo tempo, um processo revolucionário de modificação destas estruturas em vários âmbitos. As mais conhecidas são os estudos de Goffman dos presídios, conventos e hospitais; de Basaglia, com a sua experiência em hospitais psiquiátricos; Guattari, com sua teoria e prática em relação ao tratamento nas clínicas psiquiátricas; Foucault, que busca “distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças do regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando o corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e, por isso, podendo ser caracterizado como micro-poder” (Machado, R., 1992).

Todas estas análises críticas, algumas acompanhadas de intervenções concretas nos sistemas organizativos, mostram em suas várias tendências que o processo burocrático-racionalista, surgido para possibilitar o funcionamento eficaz das instituições, traz embutido uma relação desumanizadora, que alcança propósito no mínimo diferente do enunciado, se não diverso.

2- Movimentos sociais urbanos: velhos e novos

Os movimentos sociais da era industrial surgem com a marca do gigantismo. Os movimentos urbanos hoje chamados de tradicionais – sindicatos e partidos políticos - são fruto de uma sociedade em que o proletariado estava submetido a uma situação ostensiva de trabalho explorador. Tinham como alvo o Estado, definido como representante de quem dominava e explorava. Por isto, tinham o ambicioso projeto de uma sociedade sem classes, influenciado principalmente pela ideologia marxista-leninista. Estavam, entretanto, impregnados em sua ação pelo centralismo burocrático, autoritarismo e dogmatismo. Acrescente-se a este aspecto o aumento de sua dimensão, na medida em que ampliam suas bases, o que torna seu funcionamento centrado no próprio mecanismo, perdendo-se de seus objetivos básicos iniciais, que fica bem caracterizado pela diminuição de seu poder nos embates sindicais. A análise feita por Michels, relativa aos partidos socialistas, pode ser estendida a todas as instituições de grande porte.

Nos primórdios da segunda metade do século XX, transformações importantes ensejam o surgimento de movimentos sociais urbanos com novas características. Os chamados novos movimentos sociais. Estes apresentarão, segundo Scheer-Warren (1987, pag. 39-50) as seguintes características:

a- um aspecto estrutural. O reconhecimento do povo (e não apenas da classe operária) e das condições materiais do capitalismo contemporâneo e suas variadas e sobrepostas formas de opressão, que ultrapassam os antagonismos existentes no campo das relações de produção;

b- um aspecto cultural. Resulta de uma crítica feita ao autoritarismo e opressão exercida pelo capitalismo, mas também as formas que propõem sua superação. Esta crítica se efetiva na busca de uma democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional, e noção de liberdade individual associada a de liberdade coletiva.

Neste contexto estão incluídas lutas que implicam na transformação para uma nova sociedade em que as visões de mundo tidas como verdades absolutas são questionadas. Surgem os movimentos feminista e ecológico, de homossexuais, entre outros. Acentua-se também nos países de Terceiro Mundo a defesa dos direitos de cidadania, e nele o movimento negro aparece com destaque.

Estes movimentos buscam criar, como fato fundamental, uma nova mentalidade, uma nova cultura política e, não necessariamente, um confronto com o Estado. Se consubstanciam na:

- reação às formas autoritárias e de repressão política, propondo o estabelecimento de relações efetivamente democráticas;
- reação às formas centralizadoras de poder, defendendo autonomias locais e sistemas de autogestão;
- reação ao modelo social e econômico estabelecido, lutando por novas formas de vida mais comunitárias.

Podemos acrescentar a estes elementos caracterizadores dos chamados novos movimentos sociais outros aspectos que podem definir sua maior eficácia na atuação numa sociedade complexa.

– os membros dos grupos formados, tanto os organizadores quanto aqueles que são beneficiados com a sua ação vivem um sentimento de enriquecimento pessoal e a conseqüente afirmação como sujeito. Se torna uma relação pautada pela identidade de objetivos, por afetividade e troca de informação, mesmo que em diferentes níveis. Na verdade, a experiência de vida coletiva reformula a vida pessoal;

– esta dinâmica se dará em grupos pequenos. A decorrência natural desta possibilidade é que o sucesso do processamento se fará mais pela multiplicação do que pela ampliação de um único grupo;

– estas organizações, na medida que são reconhecidas pela sociedade e pelo Estado, são legitimadas. Este status permite àqueles que participam de sua dinâmica, serem reconhecidos como cidadãos;

– este processo implica a transformação de carências em direitos. Há, segundo Durham (1984, pag. 29) “*um processo de construção coletiva de um conjunto de direitos.(...) E isto, não através de uma codificação completa e acabada de uma realidade existente, mas como o reverso de uma definição cumulativa de carências que são definidas como inaceitáveis*”.

3- O Movimento Negro: uma luta contemporânea

A história da opressão e discriminação que sofrem os negros em nossa sociedade tem a idade da sua chegada ao Brasil. A forma como migraram e o uso feito da sua força de trabalho podem ser caracterizados como mais do que uma simples relação de dominação-exploração. Os negros chegaram como escravos e foram tratados como *coisa*.

Se não bastassem o sofrimento físico e as humilhações por que passaram durante todo o período da escravidão, restou no seu rastro, após a formal libertação, a discriminação como marca que persegue sua caminhada por toda nossa história.

Como reagiram, como reagem?

A história da escravidão, da perseguição, da discriminação é também a história da reação. Em nenhum momento pode-se falar em passividade, em aceitação, em cordialidade, como querem alguns. Os negros reagiram, quando e quanto puderam, o tempo todo. Escravos, se sublevavam nas senzalas, mesmo que isto valesse o açoite ou a morte. Quando libertos, mas pobres e sem moradia digna, foram submetidos ao preconceito e à discriminação ostensiva ou implícita nos falares, nos ditos, nas piadas, nos livros didáticos, nos anúncios de emprego, na seleção na escola, nas profissões, e por tantas outras formas, os negros reagiram e reagem.

A história das reações é longa e complexa. Das senzalas, quilombos, revoltas nos quartéis e nos modernos movimentos sociais.

Ao nos referirmos aos movimentos organizados, podemos citar o que tem se denominado de resistência cultural, nos rituais religiosos, nas rodas de samba, nas escolas de samba, nas congadas, nas gafieiras e em tantos outros. Mas, o combate ostensivo ao preconceito pode ser identificado pela primeira vez, nos anos 30, com a Frente Negra Brasileira, cuja luta se caracteriza pela contestação ao preconceito racial e a busca da assimilação social, já aí

considerando o racismo como fator de sua exclusão social. Ao transformar-se em partido político é esvaziada pela decisão de Vargas, no golpe de 1937, de extinguir todos os partidos.¹

Nos anos 70, se desenvolve um processo que resulta na organização mais importante até então do movimento negro, e que se constituía em âmbito nacional, o Movimento Negro Unificado. Na cidade do Rio de Janeiro, sua origem mais remota localiza-se no grupo de Estudos Afro-asiáticos, criado por jovens negros com formação universitária reunidos na Universidade Candido Mendes, em Ipanema. Começou com oito pessoas que se reuniam aos sábados, mas já na terceira reunião havia mais de cem. Tinham origens diferentes. Os mais velhos vinham do Partido Comunista e Sindicatos, e alguns dos mais jovens vinham de grupos de resistência cultural, como o clube Renascença. E quase todos sentiam na pele a discriminação racial. Apesar de terem formação universitária estavam desempregados. A preocupação inicial era com a África, já que os membros do grupo acreditavam que a luta dos negros brasileiros tinha mais a ver com esses do que com os americanos.

Em 1972 em decorrência de discordância no grupo inicial é criada a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), com sede em Guadalupe, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1975 o grupo da Candido Mendes se reintegra, mas agora realizando reuniões no Teatro Opinião, em Copacabana, onde nasce o hoje tradicional Instituto de Pesquisa da Consciência Negra (IPCN). O grupo original se divide entre estas várias entidades existentes.

Em 1977 é fundado o jornal do SINBA.

Estes grupos tinham a idéia de que as manifestações culturais eram o que de mais consistente os negros tinham. Isto ficava evidente nas relações espontâneas que se davam entre as entidades criadas e os grupos que representavam a cultura negra.

Em 1978 há nova tentativa de criar uma Frente Negra Brasileira. O motivo foi o ato realizado em S. Paulo, no dia 7 de julho de 1978, contra a discriminação racial que sofreram rapazes negros numa piscina de clube, impedidos que foram de freqüentá-la, e também pelo assassinato, por espancamento pela polícia, de um trabalhador negro. Desse evento nasce a idéia de criação de uma entidade de amplitude nacional, que passaria a se denominar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Logo formou-se uma diretoria provisória interestadual (Rio e São Paulo), e dois meses (setembro de 1978) depois é aprovada em reunião no Rio, com a presença de 200 negros, a Carta de Princípios, o Estatuto e a escolha da direção provisória. Desta reunião participaram entidades do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Pretendia-se que fosse uma entidade de cúpula, para coordenar a atuação de todas as outras entidades.

Mas, nesta mesma assembléia há dissensões que levam algumas organizações do Rio (SINBA e IPCN) a se afastarem por discordância dos rumos tomados pela assembléia. Na verdade, na opinião de Yedo Ferreira, todas as dificuldades que geravam as seguidas crises no movimento organizado nascente estavam na falta da definição clara de um objetivo para

derrotar a discriminação racial. Este importante líder do movimento negro acredita que o problema racial no Brasil só será resolvido quando for resolvida a contradição que se estabeleceu na construção da nação brasileira. Se, por um lado, o povo é multirracial e pluriétnico, por outro a elite que controla o Estado e fala em seu nome é unicultural e uniétnica. Só haverá a transformação pretendida quando romper-se esta relação contraditória.

A mim parece que o problema está também na pretensão de unificar os objetivos por decisão centralizada, através de uma entidade gigante que pretende abranger e conciliar todas as tendências. Nestes trinta anos de existência do MNU busca-se esta unificação que jamais foi conseguida. O sinal disto é a análise feita pelo cientista social Edson Borges no XXI Congresso do Movimento Negro Unificado, realizado em Salvador, na Bahia, em abril de 1998. Vejamos o trecho conclusivo:

“(...) ponto que não deve ser esquecido é a necessidade (e o grande e urgente desafio) do MNU apresentar propostas para dialogar (indo, assim, muito além das suas próprias coordenações estaduais e municipais). (...) Isto quer dizer que é necessário pensar em um projeto político e nacional que leve em consideração as demais entidades nacionais do movimento negro. (...) A organização do MNU em 12 estados foi reconhecida, apesar das fragilidades. Contudo, é oportuno realçar que a luta racial não está unificada no Brasil, havendo desagregação, falta de uma tática e de uma estratégia comuns, além da ausência de um projeto adequado ao próprio MNU e, ainda mais, que possa aglutinar em torno de bandeiras comuns as diversas tendências e organizações negras do país.(...)” (1998, pag.12).

Ora, o que parece o erro básico é a busca de centrar numa unidade o poder de estabelecer linha condutora única, quando existem tantas tendências pensando em propostas político-ideológicas tão divergentes. O que se observa é a pretensão de manter a mesma estrutura dos movimentos sociais tradicionais num mundo que mudou, onde as relações sociais se tornaram mais complexas, onde o contingente populacional se ampliou e diversificou.

O que se observa nos anos 90 é, no âmbito do movimento negro, uma moderna tendência de projeto, que torna a concretização dos objetivos mais ágeis. São os pequenos grupos definidos como organizações não-governamentais (ONGs), que atuam diretamente em áreas onde a população negra é maioria, e algumas delas consideradas de risco, em decorrência do seu controle por grupos do crime organizado, competindo com o poder público instituído. Estas ONGs trabalham, predominantemente, com crianças e jovens, mas também com adultos.

A sua estratégia de ação centra em dois aspectos básicos: utilizam a cultura negra mesclada com atividades da cultura tradicional ocidental, incentivando a criatividade, num trabalho que faz nascer a confiança e a auto-estima entre jovens negros de comunidades pobres. A finalidade não é produzir profissionais, mas fazer estes jovens acreditarem que podem transformar suas vidas e o mundo. E, apesar de não ser este o objetivo maior, muitos profissionais qualificados começam a surgir nestes centros de ativação.

São grupos pequenos, com um setor administrativo com muito poucas pessoas. Para a maioria das atividades são contratados especialistas por tempo determinado, que varia de acordo com a necessidade que a atividade exige. Atuam, tantas vezes, diretamente nas comunidades em que o público-alvo se encontra e, tantas outras levam estes grupos para outros locais com o objetivo de lhes mostrar a diversidade.

O trabalho é realizado, de acordo com o objetivo de cada entidade, com mulheres, crianças e adolescentes. Muitos dos atendidos são localizados nas ruas – morando, se prostituindo, vendendo quinquilharias – e convidados a receberem ajuda. Muitas das atividades são realizadas em escolas públicas. A ajuda pode consistir, algumas vezes, em auxílio material, mas não é a finalidade fundamental, que é levar às pessoas a crença de que elas podem transformar.

Estas instituições são autônomas e a maioria financiadas por entidades estrangeiras, embora não seja a única forma de manutenção. Há, também, contratos de financiamento de projetos com órgãos governamentais, apadrinhamentos, por parte de pessoas da sociedade, de crianças e adolescentes.

Apesar de serem autônomas e pequenas estas entidades mantêm contato permanente com entidades idênticas nacionais e internacionais, formando uma rede, que permite um fluxo de informações contínuas e a troca de conhecimentos. A sua existência permite a atualização, a renovação e a criação de novos métodos.

Certamente, a multiplicação destas entidades permitirá a ampliação do atendimento.

A importância deste modelo é que ele não impossibilita a existência de outras entidades, com outros objetivos e com outras formas de ação, pelo contrário elas se conjugam para tornar a atividade mais rica de variedade e mais produtiva, ainda que mantenham a autonomia.

A fragmentação, ao contrário do que muitos pensam, aí não implica falta de eficiência. A descentralização torna os grupos diferenciados e mais fortes em sua ação. O principal é que permanece como fio condutor do trabalho a idéia da eliminação do preconceito racial. Ele é conseguido pela possibilidade do diálogo entre as entidades, que estabelece uma relação democrática e criativa.

O combate ao preconceito está na possibilidade de mostrar aos próprios negros que eles são capazes de trabalhar junto com os demais, e, se for necessário, competir em igualdade de condições. Mas, também preparar futuros adultos, hoje pertencentes a grupos carentes, para a luta pela igualdade racial e social, de direitos e oportunidades.

Estas instituições existem, na cidade do Rio de Janeiro e arredores, ainda em pequena quantidade, mas algumas delas têm conseguido resultados tão importantes, que já se tornaram conhecidas internacionalmente. As mais visíveis são o Afroreggae, o Criola e a Fundação São Martinho.

É importante enfatizar que, com estas entidades, chega-se pela primeira vez a grupos negros de baixa renda – que constituem a maioria da população negra – diretamente. Se estas formas de intervenção se expandirem, juntamente com outras de ação afirmativa, como os cursos vestibulares para a população economicamente carente (inclusive para negros), e a formação de multiplicadores para trabalharem nas escolas e outras instituições, mostrando a importância da contribuição do negro para a construção da nossa sociedade (como esta fazendo o PENESB)*, certamente os novos caminhos pelos quais o movimento negro envereda, não em muito tempo caracterizará uma verdadeira revolução na mudança da cultura do preconceito e da discriminação ainda hoje existente no Rio de Janeiro.

4- A Guisa de Conclusão

Este ensaio faz uma análise preliminar das transformações que sofrem os movimentos sociais em geral e o movimento negro em particular, na segunda metade do século XX. Ele é parte de uma pesquisa mais ampla sobre o Movimento Negro no Rio de Janeiro.

Neste texto procuramos apontar a existência hoje de uma quantidade considerável de entidades preocupadas com a defesa dos direitos dos negros, a preservação da cultura negra e dos seus valores. Uma delas, talvez a mais importante, por sua abrangência e pioneirismo, é o Movimento Negro Unificado. Faz já trinta anos a sua luta na defesa dos direitos dos negros e pela unidade do movimento negro. Neste tempo inúmeras conquistas

foram conseguidas e, me parece, seu trunfo maior foi organizar o movimento negro para uma reflexão sobre o racismo, ao mesmo tempo em que a busca de uma estratégia para enfrentar este problema. O resultado maior foi a criação de leis que chamavam a atenção para a discriminação como fato criminal e definia as punições para os transgressores. A busca da unidade, entretanto, acabou por transformar o MNU numa instituição centralizadora na definição da política e diretrizes básicas para as entidades de diferentes tendências que integram o movimento. As diferenças ideológicas, entretanto, têm criado obstáculos quase intransponíveis para chegar-se à unidade, já que elas levam os diferentes grupos a pensarem políticas, métodos e até objetivos divergentes no combate ao preconceito e a discriminação. Esta dificuldade tem impossibilitado a conciliação de interesses e, conseqüentemente, uma ação conjunta que pudesse impactar a sociedade. A impossibilidade de chegar a um ponto comum que una todas as tendências parece estar ligada à dimensão do MNU. Ele tornou-se abrangente demais. O processo de administrar as divergências torna-se um debate em si mesmo que acaba por emperrar os objetivos fundamentais do movimento, o combate ao racismo. Creio que este resultado decorre da falta de percepção das lideranças de que o mundo moderno tende cada vez mais para solucionar os problemas através das pequenas entidades e grupos. A complexidade e o tamanho da sociedade hoje exigem novas estruturas organizacionais para que os objetivos sejam efetivamente alcançados. Estas novas formas já aparecem não apenas no Movimento Negro, mas em outros setores das lutas urbanas.

Referencias Bibliográficas:

- BASAGLIA, Franco. A instituição negada. Graal, Rio de Janeiro, 1991
- BORGES, Edson. Teses do MNU mostram caminhos para militantes. Questões Negras, periódico, novembro de 1998, Rio de Janeiro, pag 12.
- DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais, a construção da cidadania, in Novos Estudos, no.10, out. de 84, S. Paulo, pag. 24.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Edit Perspectiva, S.Paulo, 1990.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. Cartografias do desejo. Vozes, Rio de Janeiro, 1993
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder, introdução ao livro de Michel Foucault Microfísica do poder. Graal, Rio de Janeiro, 1992.
- WEBER, Max. Economia y sociedad. Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1977, 2° vol.

Notas Bibliográficas:

¹ Estas informações foram fornecidas ao Autor do texto pelo ativista do Movimento Negro Yedo Ferreira

* o PENESB é o Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, da Universidade Federal Fluminense